

**AGROECOLOGIA E COMUNIDADES DA AMAZÔNIA: um estudo da inserção
das comunidades de Bragança (PA) na produção agroecológica**

Agroecology and amazon communities: a study on the insertion of the communities from
Bragança (PA) in the agroecological production

Agroecologie et communautés de l'amazone: étude de l'insertion des communautés de
Bragança (PA) dans la production agroécologique

Marcio Douglas Brito Amaral
Universidade Federal do Pará
marcioamaral29@gmail.com

Thais Almeida dos Santos
Instituto Federal do Pará e Universidade Federal do Piauí
thais-allmeida@live.com

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar o processo de inserção da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) em suas 21 comunidades produtoras de farinha de mandioca do município de Bragança (PA), no sistema de pensamento de produção agroecológica. Para alcançar os objetivos indicados, realizamos, além da revisão bibliográfica da temática, pesquisas de campo, em que foram coletadas informações primárias, através de entrevistas com o vice-diretor e com os associados da cooperativa mista, que explicaram sobre a iniciativa, os benefícios e as dificuldades de trabalhar com extrativismo do murumuru, andiroba e buriti, oleaginosas típicas da região bragantina. A introdução da reflexão agroecológica no interior das comunidades se deu através de um projeto social, elaborado pelo Padre João Nelson Pereira Magalhães, prefeito da cidade (2013-2016), durante a campanha da fraternidade do ano de 2007, cujo tema era "Fraternidade e Amazônia". Esse projeto tinha como finalidade a preservação das matas ciliares, frequentemente devastadas e utilizadas na construção de moradias, na produção de carvão, lenha e palmito. Para garantir essa preservação, o projeto deveria ser capaz de contemplar economicamente as comunidades dependentes dos baixos rendimentos da produção da farinha de mandioca.

Palavras-chave: Agroecologia; Comunidades da Amazônia; Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC); Bragança (PA).

ABSTRACT

The article aims to analyze the process of inserting the Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) in 21 communities that produce cassava flour in the city of Bragança (PA), in the system of thought of agroecological production. Thus, it was made literature review and fieldworks to collect primary data through interviews with deputy director and members of the mixed cooperative, who explained about the initiative,

benefits and difficulties of extracting murumuru, andiroba and buriti – typical oils of the region. The introduction of agroecological reflection within communities was made through a social project of Father John Nelson Magalhães, current mayor of the city, during the Campanha da Fraternidade 2007, with the theme "Amazon and Fraternity". The project aimed preservation of riparian vegetation often cleared for housing construction and for production of coal, wood and palm. To ensure the preservation, the project would provide economic assistance to communities dependent on the low-income production of cassava flour.

Keywords: Agroecology; Amazon Communities; Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC); Bragança (PA).

RÉSUMÉ

L' article vise à analyser le processus d'insertion de la Cooperative Mixte d'agriculteurs Caetés (COOMAC) dans leurs communautés 21 produisant de la farine de manioc de la ville de Bragança (PA), dans la pensée de système de production agro-écologique . Pour atteindre les objectifs fixés , nous avons effectué , en plus de la revue de la littérature, de la recherche de domaine thématique, dans lequel les données primaires ont été recueillies au moyen d'entrevues avec le directeur adjoint et les membres de la coopérative commune, qui a expliqué à propos de l'initiative, les avantages et les difficultés de travailler avec l'extraction du Murumuru, Andiroba et Buriti, une sorte des oléagineux de la région Bragantina. L'introduction de la réflexion agroécologique au sein des communautés était à travers un projet social , élaboré par le Père João Nelson Magalhães , maire actuel de la ville, au cours de la campagne de la fraternité en 2007 , dont le thème était "Amazonie et Fraternité". Ce projet avait pour objectif la préservation des forêts ciliées, dévasté et souvent utilisé dans la construction de logements, la production de charbon, de bois et de palmiers. Pour assurer cette conservation, le projet devrait être capable de contempler les communautés économiquement dépendants de faibles rendements de la production de la farine de manioc.

Mots Clef: Agroécologie; Communautés Amazoniennes; Cooperative Mixte d'agriculteurs Caetés (COOMAC), Bragança (PA).

Introdução

A Amazônia tem sido incorporada recentemente em um modelo de desenvolvimento denominado por Becker (1998) de tecno(eco)lógico, distinguindo-se do modelo hegemônico que vinha se processando desde a época dos militares, o tecno-industrial. Uma das expressões da tecno(eco)logia na Amazônia se desenvolveu através do modelo agroecológico que vem sendo utilizada como uma das novas estratégias de dominação capitalista de exploração que, no atual estágio, dispensa os antigos métodos de colonização do território, substituindo por novos que garantam atingir seus objetivos de maneira “mais sutil e menos agressiva”. Como explica Becker (1998), tal orientação relaciona-se à nova geopolítica mundial, que busca não mais a apropriação direta dos

recursos do território, mas principalmente o poder de influenciar nas decisões dos Estados e das comunidades sobre o seu uso.

Neste sentido, é que Porto-Gonçalves (2006), ao tratar do papel da natureza no contexto da globalização considera de suma importância resgatar o debate acerca do controle territorial, entendido “como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços assinalados dos novos materiais” (2006, p. 287). Segundo esse autor, os recursos naturais, a extração de matéria e energia, apesar de todo o avanço tecnológico, continuam sendo imprescindíveis para acumulação do capital. De modo que o acesso aos mesmos é condição para que essa acumulação aconteça, o que tem promovido a instituição, desde 1492, de padrões de poder (colonialismo e imperialismo) voltados para garantir o deslocamento desses recursos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Almeida (2010), por sua vez, ao tratar das estratégias dos agronegócios na Amazônia destaca que o controle territorial tem se dado de duas maneiras principais. A primeira busca promover a expansão de *commodities* agrícolas e minerais, em face da elevação dos preços desses produtos no mercado internacional, e tem provocado um aumento significativo da busca por terras da região voltadas para essa finalidade. Assim, as terras da Amazônia voltam-se, de um lado, para a produção de ferro, bauxita, caulim e ouro, e de outro lado, para a produção de pinus, eucalipto, cana-de-açúcar, soja, algodão, mamona, dendê. A segunda estratégia busca novas formas de intervenção na questão ambiental incentivando práticas conservacionistas como forma de acumulação. Desse modo, os órgãos governamentais, as agências de financiamento e os grandes empreendimentos bancários se preparam para lançar amplos programas e projetos que visem preservar ou promover o desenvolvimento sustentável.

Nesse debate é importante destacar, de acordo com Leff (2009), duas formas de territorialização nesse debate, a territorialização da racionalidade econômica e a territorialização da racionalidade ambiental. A primeira tem como objetivo principal privatizar o conhecimento e capitalizar o saber dos povos de comunidades tradicionais, por meio de métodos de valorização da natureza provenientes da economia ambiental, tais como, valorização da biodiversidade pela riqueza genética, valores cênicos e ecoturismos. A segunda tem como objetivo central a apropriação coletiva e comunitária dos saberes, por meio de um amplo “diálogo de saberes” e intercâmbio de experiências camponesas de onde surgem novas estratégias de manejo sustentável dos recursos, tais como, o

agroextrativismo no Brasil, o manejo de floresta social e a agricultura orgânica no México e os paradigmas da agroecologia e dos sistemas agroflorestais em diversos países da América Latina.

Entre as empresas que buscam manter a “floresta preservada”, dentro do paradigma da racionalidade ambiental, têm-se aquelas que conseguem acessar seus recursos florestais através de parceiras com comunidades de produção familiar, localizadas em áreas ricas em matérias-primas, como a andiroba, buriti, murumuru, ucuuba, tucumã, açaí, dentre outras. Dessa forma, essas empresas acabam alterando a relação local sociedade-natureza, tanto na forma de produzir dos agricultores familiares, como também na forma de conceber a natureza, que passa a ser interpretada por alguns como uma entidade que todos devem respeitar.

Embora Leff (2009) fale da agroecologia como parte de um movimento político mais amplo que forma a racionalidade ambiental e que define diferentes movimentos socioambientais, procura-se aprofundar a questão, neste texto, a partir da experiência da inserção das comunidades do município de Bragança (nordeste paraense) na Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC), por acreditar que a sua experiência segue um caminho novo e, de certa forma, diferente do apontado pelo autor, no sentido de mostrar que a questão é mais complexa, não admitindo nenhum tipo de polarização – racionalidade econômica *versus* racionalidade ambiental.

Antes disso, porém, será realizada uma breve discussão teórica acerca da agroecologia e do campesinato, apontado alguns exemplos da Amazônia brasileira, bem como uma retomada histórica a respeito da formação do campesinato no nordeste paraense, a fim de mostrar a particularidade dessa porção da região amazônica e, apontar elementos que mostram um novo momento vivido pelos camponeses na atualidade.

Agroecologia e campesinato: alguns apontamentos teóricos desde a Amazônia

De acordo com Caporal (2009) a agroecologia tem sido entendida como a área do conhecimento científico que busca uma coevolução através de uma abordagem sistêmica, devendo contribuir na mudança de comportamento das sociedades nas suas mais diferentes inter-relações com o meio. Para ele a agroecologia oferece novas formas de manejo dos recursos naturais favorecendo a inclusão social, reduzindo a degradação ambiental e promovendo a segurança alimentar e nutricional. Mais do que uma nova ciência, o que está em questão, segundo o autor, é a construção de um novo paradigma interpretativo que

visa superar os fundamentos cartesianos do saber e elaborar um enfoque holístico e sistêmico, capaz de romper com as noções de objetividade, racionalidade, separação sociedade-natureza.

Para Machado e Machado Filho (2017) a agroecologia deve ser entendida como um método, um processo de produção agrícola (vegetal e animal) que busca retomar os conhecimentos que a chamada “revolução verde” destruiu ou mesmo deixou marginal, porém, buscando acrescentando os progressos realizados pela ciência e a tecnologia nos últimos 50 anos, de maneira que se possa produzir alimentos e produtos limpos, livre de veneno e confrontando o agronegócio em qualquer escala. Na verdade, a agroecologia é um conhecimento que visa superar a monocultura e a destruição da biodiversidade, bem como resgatando a cidadania dos pequenos produtores e levando alimentos limpos para toda a humanidade.

Molina (2013) ao discutir algumas experiências agroecológicas e suas implicações para o desenvolvimento rural sustentável, propõe que se pense a dimensão política do enfoque agroecológico. Para esse autor é imprescindível que as diferentes experiências entrem no âmbito político, o que significa reconhecer que a perspectiva da coevolução exige um debate acerca do poder, que permeia o conjunto das relações sociais que, por sua vez, determinam e são determinadas pelo meio ambiente. As formas de organização e de funcionamento do poder tem um papel decisivo nas relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza: “la sustentabilidad de un agroecosistema sería, pues, el reflejo de determinadas relaciones de poder” (MOLINA, 2013, p. 48). Para Molina (2013), portanto, a busca da sustentabilidade dos sistemas agrários, exige uma “agroecologia política” que se converteria em uma disciplina pautada numa nova forma de pensar a agricultura e as relações. Tal disciplina, por sua vez, nos insere no debate de duas dimensões do poder, a decisão acerca da política científica do país ou de vários países; e a busca, via mediações institucionais, de um consenso mínimo sobre a sustentabilidade, ou sobre os objetivos imediatos para alcançá-la.

Para Molina (2013) os destinatários desse discurso da “agroecologia política” são as ações dos pequenos agricultores que realizam um manejo eficiente e produtivo dos recursos e cujas reivindicações levam a maiores níveis de sustentabilidade. Neste sentido, pode-se dizer que existe uma forte relação entre agroecologia e os camponeses (PLOEG, 2008), vistos como os portadores da agroecologia que tem a capacidade de transformá-la numa prática sustentável.

Para Ploeg (2008) está em curso um processo de recampesinização que vai de encontro aos regimes e interesses técnico-institucionais existentes, o que produz uma série de contradições. Essa recampesinização é entendida por Ploeg (2008) como um processo massivo e generalizado que é estimulado e promovido pelos interesses e perspectivas dos agricultores envolvidos no processo, bem como compõe uma luta social. Neste sentido, o campesinato é visto pelo autor como uma força social que se reproduz por meio de práticas agroecológicas, vistas como mecanismos de recampesinização.

Ainda sobre esse tema da recampesinização destaca que esse processo já está ocorrendo em muitos lugares, o que será fortalecido em função da crise econômica e financeira que tem colocado cada vez mais pessoas fora do mercado de trabalho, seja pela ausência de emprego ou pela resistência das pessoas a se submeterem ao trabalho precário, com baixa remuneração, ou ao trabalho que não traz prazer ao seu executor. Desse modo, principalmente os jovens têm buscado outros caminhos, o que tem resultado em grande medida em recampesinização. Em entrevista concedida em 2018, Jan Douwe van der Ploeg faz a seguinte afirmação: “Está nascendo uma força bem grande, também por meio da Via Campesina, que é o movimento internacional do campesinato, e, com alegria e de forma muito radical, está desenhando caminhos para o futuro” (PLOEG, 2018, p. 1).

Para Sevilla Gusmán (2020) a dimensão política da agroecologia é a luta, desde baixo é necessário seguir lutado, pois a luta é a única forma de demonstrar que esse caminho é possível. Já existem muitas experiências capazes de apresentar a viabilidade dessa forma de produzir, contudo, elas têm sido invisibilizadas, cabendo, portanto, à agroecologia o papel de dar visibilidade a essas lutas que tem levado a cabo. Essa é, pois, a verdadeira dimensão política da agroecologia, a capacidade de tornar visíveis as experiências que, por mais que sejam de pequena escala, são de extrema relevância, pois faz o enfrentamento da modernidade capitalista com sua particular forma de funcionamento.

Um debate importante a ser destacado, segundo Costa Neto (2008), refere-se ao fato de que a agroecologia tem sido utilizada como sinônimo de produção limpa, com características ecológicas e como alternativa ao modelo dos produtos da “revolução verde”. Na verdade, o autor ressalta que esse tipo de compreensão da agroecologia é muito limitado, pois a opção por não fazer uso de agrotóxicos e/ou fertilizantes químicos, tem relação, muitas vezes, com uma opção pragmática de mercado, com a busca de um “nichos” de consumidores mais esclarecidos acerca dos malefícios decorrentes da ingestão

de produtos da agricultura convencional, não estando relacionada, efetivamente, a uma transição agroecológica.

Sevilla Gusmán (2005) a respeito dessa discussão acerca da integralidade da agroecologia entende ser necessário articular as dimensões técnica e social. Para ele haveria uma “agroecologia fraca”, o uso da agroecologia apenas como técnica ou instrumento metodológico capaz de resolver problemas técnico-agronômicos não solucionados pela ciência agrária convencional; e uma agroecologia mais integral, em que além das variáveis técnicas deve-se acrescentar as sociais, entendendo o papel exercido pela política e pela economia no funcionamento da agricultura e na produção de dependências. O autor destaca que a agroecologia deve contribuir para um desenvolvimento rural sustentável por meio de experiências produtivas ecológicas e na elaboração de proposições para ações sociais coletivas que ressaltem o caráter predatório do modelo hegemônico e lutando pela sua substituição por outro que seja capaz promover um agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Ainda segundo Sevilla Gusmán (2015), o problema da agroecologia é de natureza política e não técnica. Do ponto de vista técnico, agrônomo, o problema está resolvido, já foi demonstrado a partir de várias experiências históricas o funcionamento desse modelo agroecológico. A grande questão é política, pois não se pode permitir que a verdade seja revelada, isto é, de que a agricultura industrializada é mais produtiva que a agroecologia. A verdade é que a agricultura ecológica que se faz a partir da agroecologia, mesmo sem receber nenhum tipo de apoio tem funcionado, no entanto, deve-se deixar claro também que se trata de uma maneira distinta de se viver:

Saber que cuando tú compras algo estás realizando un acto político, estás premiando aquella persona que ha creado ese producto que tú compras. Entonces estás vinculándote a una multinacional cuando te metes en un supermercado a consumir los productos que hay allí. La gente que hace eso va en contra de la agroecología, o sea, lo primero que tenemos que hacer es darnos cuenta que entrar a un supermercado es estar premiando las multinacionales que están metidas ahí y abasteciendo eso. Solo en un mercado alternativo, donde se evite la extracción del excedente que se está produciendo desde un punto de vista capitalista, es cuando estamos trabajando desde el punto de vista de la agroecología y esto en muy pocos sitios se realiza realmente (SEVILA GUSMÁN, 2015, p. 7-8).

As práticas agroecológicas vão ao encontro dos princípios e valores daquilo que Leff (2009) denominou de racionalidade ambiental, definida como uma nova racionalidade produtiva que se fundamenta na ideia de que o ambiente é um potencial produtivo e um sistema de recursos a partir da aplicação dos princípios de uma produtividade ecotecnológica produzida pela articulação da produtividade ecológica, tecnológica e social. A finalidade principal desta racionalidade é a satisfação das necessidades sociais e por meio de um processo de desenvolvimento sustentável centrado no equilíbrio ecológico e na justiça substantiva. Como exemplo dessa racionalidade ambiental aponta, dentre outros, o agroextrativismo da Amazônia que está sustentado na produtividade ecológica e nas práticas culturais das populações.

Ao discutir a agroecologia política na Amazônia Azevedo, Assis e Sousa (2019), tendo como referência empírica nove agroecossistemas na Ilha do Capim, município de Abaetetuba, afirmam que essa perspectiva é fundamental, pois permite a superação de uma visão fragmentada sobre os mesmos, bem como permite compreender os desafios enfrentados e fortalecer o processo de recampesinização qualitativa dos agroextrativistas via superação do da crise do manejo tradicional.

A partir da realidade estudada Azevedo, Assis e Sousa (2019) fazem uso da definição de “camponês agroextrativista”, por permitir a articulação de um conceito amplo, de campesinato, com aspectos próprios da Amazônia, os sistemas agroflorestais, constituídos pela miscigenação de descendentes de indígenas, africanos e colonos europeus, bem como sua relação com sistemas produtivos aquáticos, de várzea e de terra-firme. Neste sentido, de busca de uma particularidade do campesinato amazônico, esses autores supracitados indicam que a dimensão política do manejo dos agroecossistemas é fundamental, uma vez que são constituídos por bens institucionalmente “híbridos”, via sobreposição de bens privados, comunais, públicos e de livre acesso. É exatamente esse aspecto da presença constante de bens comuns na constituição dos agroecossistemas que distingue a trajetória camponesa agroextrativista de outras trajetórias na Amazônia: “(...) neste trabalho, apresentamos os bens comuns como componente da estrutura e organização dos agroecossistemas, revelando a importância fundamental das instituições (regras) tradicionais na mobilização dos fluxos econômico-ecológicos que constituem seu metabolismo” (AZEVEDO, ASSIS E SOUSA, 2019, p. 53).

Sá et al. (2018), em pesquisa realizada em 11 municípios do Nordeste paraense acerca da produção agroecológica e orgânica da região, apontam para as transformações

produtivas existentes nessa área, especialmente pela influência de instituições e núcleos de pesquisa e extensão que nela atuam, dentre as quais, os Núcleos de Agroecologia (NEAs), da Universidade Federal do Pará (NEA Ajuri); da Universidade Federal Rural da Amazônia (NEAs Capitão Poço, Paragominas e Tomé-Açu); do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (NEA Campus Castanhal); e da Embrapa Amazônia Oriental (NEA Puxirum).

Como resultado do diálogo estabelecido entre essas instituições e os movimentos sociais e organizações que atuam na produção orgânica e agroecológica no Nordeste paraense (na rota 1: Castanhal, Igarapé-Açu, Bragança, Santa Luzia do Pará, Capitão Poço, Garrafão do Norte e Irituia e na rota 2: Acará, Tomé-Açu, Ipixuna do Pará e Irituia) tem-se observado:

(...) o movimento agroecológico no Nordeste Paraense está associado aos princípios da economia solidária na construção de canais curtos e sustentáveis de comercialização, religando produtor e consumidor, como é o caso da “Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária” no município de Capitão Poço, da Rede Bragantina de Economia Solidária, a qual atua nos municípios da microrregião Bragantina, do grupo de consumo do IFPA – Campus Castanhal e da “Festfeira”, realizada anualmente no município de Irituia (SÁ et al, 2018, p. 317).

Outro aspecto importante destacado por Sá et al (2018) nas ações dos NEAs na região do nordeste paraense tem sido a valorização da agrobiodiversidade, através dos sistemas agrofloretais. Essa preocupação dos núcleos e sua intervenção junto aos camponeses dessa área está relacionada à necessidade de restaurar os recursos naturais (floresta, solo e água), considerando sua histórica ocupação do solo por meio de práticas de agricultura de corte e queima que num contexto de mudança climáticas e de redução da disponibilidade de terras, tendo em vista o longo histórico de uso do solo a partir de práticas de corte e queima que, no atual contexto de mudanças climáticas e da redução da disponibilidade de terras, torna-se insustentável (SÁ et al, 2018).

Ao estudar essa mesma região do nordeste paraense, Rego e Kato (2017) mostraram que há uma forte tendência à passagem de uma agricultura baseada na derrubada e na queima para uma produção baseada nos princípios agroecológicos,

voltados a busca pela sustentabilidade a partir do uso de tecnologias de baixo impacto e como fonte de renda para os agricultores da Amazônia.

Rego e Kato (2017) destacam dois sistemas produtivos baseados na agroecologia que tem sido utilizados na região estudada: o manejo da capoeira por meio do sistema de corte e trituração, que ainda tem um uso lento e reticente pelos agricultores; e os sistemas agroflorestais (SAF), que apresenta grande concentração e diversidade, muito embora ainda está baseado em saberes populares e tem baixo nível técnico. Dentre os tipos de SAF mais utilizados na Amazônia estão, segundo os autores supracitados, os quintais agroflorestais e os sistemas multiestratificados comerciais.

Em face dessa breve discussão teórica apresentada, na próxima sessão do trabalho será discutido o processo histórico de formação do campesinato em parte do nordeste paraense, na chamada região Bragantina, ressaltando o uso da agricultura de corte e queima, bem como sua configuração recente, que aponta para introdução da agroecologia como alternativa ao modelo agrícola hegemônico.

A formação do campesinato no nordeste paraense e a problemática agroecológica

Antes de avançar na discussão das estratégias recentes do capital para se apropriar dos recursos naturais em algumas comunidades da região bragantina, considera-se importante recuperar o processo de formação do campesinato nessa porção da Amazônia, bem como apontar alguns elementos relativos à introdução da agroecologia na mesma. Para isso, parte-se de dois grandes momentos da formação territorial dessa região: o contexto da implantação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) e o contexto da modernização da região amazônica depois dos anos de 1970, com a abertura da rodovia Belém-Brasília.

A Estrada de Ferro de Bragança, a migração e a formação do campesinato

De imediato, pode-se afirmar que as comunidades de Bragança se constituem como camponeses e não necessariamente como populações tradicionais. Enquanto o primeiro termo é utilizado, de maneira geral, para designar um modo de vida ou uma forma de organização social (ou socioterritorial) de pequenos produtores rurais, constituídos em bases de relações familiares e de vizinhança (D'INCAO, 2002), o segundo, populações tradicionais, é entendido, no sentido de Diegues (2004), como comunidades de pequenos produtores constituídos no Brasil no período colonial, nas fendas da monocultura e dos grandes ciclos econômicos, apresentando relativo isolamento que permitiu o

desenvolvimento de modos de vida peculiares, com grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e uma linguagem específica.

Por mais que Diegues (2004) tenha afirmado que em geral essas populações tradicionais podem ser chamadas de camponeses, ressalta-se que quando ele faz isto, sempre coloca o termo camponês entre aspas, o que acaba por deixar margem à interpretação de que nem todos os camponeses fazem parte do grupo das populações tradicionais, ainda que existam alguns que possam ser considerados como tais. No caso dos camponeses analisados neste trabalho, não se pode dizer que são populações tradicionais, pois sua história apresenta particularidades – “são os descendentes da primeira fronteira agrícola do Pará” (CONCEIÇÃO, 2002) – que não coadunam com essa concepção apresentada de comunidades tradicionais.

De acordo com Conceição (2002) a região Bragantina, cuja política de colonização se deu de 1875 até o primeiro governo de Magalhães Barata (1930-1935), tem um caráter bastante particular, pois pensada com o objetivo principal de abastecer os seringais e a capital (Belém) a partir da atração de famílias de imigrantes europeus. Segundo essa autora, pode-se afirmar que a Bragantina foi ocupada com um objetivo bem claro: encontrar alternativa ao extrativismo, que não se constituía como uma base sólida para o futuro; realizar um ideal de futuro em bases agrícolas, o chamado “industrialismo da agricultura”, por meio da fixação do homem a terra em pequenas propriedades (média de 25 ha); e buscar técnicas agrícolas adiantadas, justificativa da atração de imigrantes europeus que, porém, não teve grande sucesso.

O início da ocupação planejada da região Bragantina, bem como a formação do campesinato nessa área, ainda segundo Conceição (2002), deve ser entendido no contexto da expansão (“boom”) do extrativismo da borracha (1850-1920) na Amazônia. Se, por um lado, o *boom* da borracha trouxe grandes transformações político-econômicas e no modo de vida da região, por outro lado, não se pode esquecer que também promoveu o declínio da atividade agrícola, o que acabou provocando uma crise no abastecimento de Belém, além de conflitos de ordem política entre a oligarquia latifundiária tradicional e o setor extrativista da borracha.

A forma encontrada para solucionar esses problemas foi a política de colonização da região Bragantina (ocorrida entre as últimas décadas do séc. XIX até a primeira década do séc. XX), realizada ao longo da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), por meio da

criação de numerosas colônias agrícolas, em que algumas de suas sedes transformaram-se em núcleos urbanos e fazendo uso da mão-de-obra do europeu, inicialmente e, posteriormente, com maior êxito, da mão-de-obra nordestina.

A vinda desses imigrantes estrangeiros, especialmente, espanhóis e franceses, tinha como objetivo fazer uso de seu conhecimento de técnicas avançadas na produção agrícola, no entanto, como destacou Wesley (1990), “apesar da entrada de cerca de 3000 imigrantes europeus no Pará, a maioria de portugueses, entre 1856 a 1863, deve-se atentar que essa mão-de-obra não se dirigiu a agricultura e sim ao comércio (...)”. Ressalta, ainda, que outros motivos podem ser encontrados para essa “falência” do uso do imigrante estrangeiro: a infertilidade dos solos da região, a desorganização e má administração dos núcleos coloniais, as doenças (varíola e febre amarela) e as dificuldades de adaptação dos mesmos ao clima regional.

O maior colonizador da Bragantina acabou se tornando, mesmo, o migrante nordestino, que a partir de 1889, se deslocou em massa para a região, fugindo das grandes secas do Nordeste, especialmente do Ceará e do Rio Grande do Norte. Segundo Penteadó (1967), dos 10.128 colonos presentes na região Bragantina, em 1902, 1.726 eram estrangeiros, enquanto os nacionais vindos do Ceará e Rio Grande do Norte, eram 5.924 e 1.266, respectivamente. Desse modo, pode-se afirmar que de fato a migração para essa área foi se consolidando pela presença dos nordestinos, primeiro de maneira espontânea e, em seguida, com incentivos do governo Provinciano.

Além da imigração, deve-se destacar como fundamental neste processo modernizador a construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), que foi pensada com o objetivo central de viabilizar a circulação dos produtos agrícolas das colônias da região Bragantina até a cidade de Belém (CRUZ, 1955). De acordo com Miranda (2009) a EFB promoveu uma nova organização espacial na Bragantina, cuja expressão é a formação de nós ferroviários, em que as estações, localizadas em cada colônia agrícola, representavam “parada, área de concentração, de convergência, *locus* de afluência e ponto inicial de distribuição de mercadorias, indivíduos e informações” (2009, p. 91). A linha do trem significava a passagem, a circulação, o fluxo de pessoas, mensagem, produtos e objetos em geral, de maneira que a dinâmica da Bragantina passou a funcionar em torno da EFB, alguns chegam mesmo a afirmar que a história da região Bragantina se confunde com a história da EFB.

No que se refere ao campesinato da região Bragantina nesse contexto da EFB, Conceição (2002) afirma que são formados por imigrantes europeus, em menor número, e por nordestinos, deslocados para Amazônia “numa viagem sem volta”, já que estão nessa área a cem anos, produzindo alimentos e, acima de tudo, constituindo uma sociedade bastante peculiar que lhe dá uma particularidade que, de modo algum, pode ser confundida com a sociedade estabelecida em Belém ou mesmo dos Estados de onde migraram, especialmente, Ceará e Rio Grande do Norte.

Para Conceição (2002), a região Bragantina revela uma sociedade com experiência social e histórica de cunho agrícola (produção de alimentos), constituída, no início, pelos engenhos de produção de cana de açúcar e, depois, pela produção e beneficiamento de arroz, pelo plantio de milho, de feijão e de mandioca, principalmente, para produção da farinha; e de cunho agrário (democratização do acesso à terra), considerando que se destaca na região, tradicionalmente, a presença da pequena propriedade de caráter familiar, porém, presa a redes de comercialização, que apenas favorece a ação de grupos de atravessadores, e com forte dependência de políticas públicas, em que têm frágil representação.

Conceição (2002) também aponta os limites desse modelo agrícola da região Bragantina, pois os depoimentos coletados por ela mostram que na chegada dos migrantes havia uma grande dificuldade para se adaptar as condições climáticas da Amazônia, bem como a floresta que era bastante desconhecida. À fertilidade inicial do solo, que causou uma euforia nas primeiras gerações pela fartura produzida, veio à decepção, pois o desgaste provocado por uma agricultura baseada na derrubada da mata e na queima, para produção de mandioca e de outros alimentos, acabou por trazer sérios problemas a reprodução dos grupos humanos. Como enfatizou, esse modelo da roça tradicional, da mesma forma como era feita no Nordeste do país, conviveu com o extrativismo dos nativos e produziu uma economia agrícola que teve nos comerciantes e, posteriormente, nos marreteiros ligados as redes comerciais de Belém, seu ponto forte, o problema, contudo, é que não foi capaz de suportar o crescimento demográfico excessivo, o que induziu ao uso de novos trechos da mesma área (25 ha) sem o tempo necessário ao pousio.

A respeito dessa relação entre “crescimento demográfico excessivo” e “esgotamento do solo” nas colônias da Bragantina, Hurtienne (2001) fará uma série de críticas aos autores que tem se dedicado aos estudos da região adotando este postulado. Segundo ele, esses autores adotam a tese de que se trata de uma agricultura itinerante de

pousio, com alta instabilidade econômica e forte insustentabilidade ecológica. Como exemplo ideal desse tipo de pesquisa, apresenta o trabalho de Penteadó (1967), que para ele, apesar de apresentar uma enorme riqueza de informações sobre a geografia, os solos, o clima, a produção agrícola, os efeitos catastróficos do desmatamento e a inviabilidade da agricultura itinerante, acabou cometendo um erro grave, que foi o de não distinguir “agricultura itinerante”, de “agricultura de pousio”.

Na visão de Hurtienne (2001) uma das principais dificuldades metodológicas dos estudos do campesinato do nordeste paraense é a necessidade de livrar-se dessas visões limitadas que predominam nas pesquisas e, ao mesmo tempo, tentar fazer uma revisão da história da colonização e uma reconstrução das estruturas dinâmicas do desenvolvimento dos sistemas de produção. Embora tenha havido tentativas neste sentido, no fundo os autores acabaram, segundo Hurtienne (2001), se submetendo a tese do “ciclo de fronteira” e apenas reformulando-a, ainda que tenham reconhecido a importância da participação dos pequenos produtores no valor da produção.

Essa posição de Hurtienne (2001) é bem interessante, no sentido de que coloca em dúvida as abordagens que defendem a tese de que a agricultura itinerante é necessariamente predatória, irracional e arcaica. Ao contrário dessa visão predominante, levanta a hipótese de que “essas formas de uso da terra foram e podem ser bem mais sustentáveis ecológica, econômica e socialmente do que foi percebido pelos cientistas naturais e pelas agências políticas”, pois conseguem integrar cultivos agroflorestais e pecuária, inclusive, não fazendo uso de tratores. A experiência da Bragantina, segundo ele, é uma prova de que a agricultura familiar tem dado certo, a questão é saber se isto pode ser generalizado para o restante da Amazônia, considerando suas condições específicas de formação.

De acordo com Conceição (2002) a EFB foi extinta em 1965, através de um decreto do governo militar – ressalta-se que a EFB era de responsabilidade do governo federal desde 1930 – que justificou tal medida por razões deficitárias e por se tratar de apenas um “ramal”. No fundo, o que está em jogo nesse processo é um novo projeto de modernização do país baseado na circulação rodoviária, que conseguiu convencer até mesmo as lideranças e colonos da própria região, que passaram acreditar ser a “hora de substituir o velho trem” (CONCEIÇÃO, 2002).

A modernização da Amazônia, a Rodovia Belém-Brasília e a Região Bragantina.

De maneira geral às políticas de modernização para Amazônia depois dos anos 50 do século XX, tinham como objetivo central promover a integração nacional, do território e do mercado, e expandir o modo de produção capitalista em direção às fronteiras de recursos, principalmente, para a Amazônia.

Ao estudar esse processo de expansão do capitalismo para Amazônia, Becker (1998) vai se utilizar do termo fronteira. Afirma a autora que a fronteira amazônica não deve ser entendida, nem como semelhante ao movimento de produtores familiares que caracterizou a fronteira norte-americana no século XIX, nem tão pouco como as frentes pioneiras que atingiram o centro-sul do Brasil no início do século XX. A fronteira na Amazônia deve ser entendida do ponto de vista do espaço social, político e valorativo que o engendra, deve ser vista a partir da inserção do Brasil no capitalismo global, mas considerando o papel dos Estados nacionais nessa produção do espaço planetário.

Para Becker (1998) a estratégia adotada pelo governo federal para integração da Amazônia ao território nacional consistiu, fundamentalmente, no estabelecimento de uma malha de duplo controle, técnico-político, sobre o espaço preexistente, sendo que seus principais elementos são: 1) a implantação de redes de integração espacial – rede rodoviária, redes de telecomunicações, rede urbana e rede hidroelétrica; 2) superposição de territórios federais sobre os territórios estaduais, por exemplo, criação da Amazônia Legal, apropriação das terras localizada a 100 Km de ambos os lados das rodovias federais, Polamazônia e Programa Grande Carajás (PGC); 3) subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios, a exemplo dos incentivos fiscais e creditícios para empresas que se instalassem na região.

A implantação da rodovia Belém-Brasília acabou por provocar grandes impactos na região Bragantina, sendo o primeiro deles foi a desativação da Estrada de Ferro de Bragança, considerada arcaica e deslocada do novo projeto de modernização que passou a privilegiar as rodovias. De acordo com Conceição (2002), o traçado da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1961, atingiu a Bragantina no trecho que vai de Santa Maria do Pará, passando por Castanhal, Santa Izabel até chegar em Benevides. Dentre suas consequências imediatas destaca a integração dos mercados, a oferta de serviços rodoviários, o aumento do fluxo de pessoas, mercadorias e comércio, o sistema financeiro e o incremento demográfico de cidades e vilas.

Segundo Miranda (2009) esses novos processos que atingem a região Bragantina acabam por produzir um novo padrão espacial denominado, por ele, de padrão rodovia-cidade-colônia, cujo eixo central que interliga as cidades e atravessa as antigas colônias são as rodovias, as cidades que estão estruturadas em torno desse eixo ganharam destaque, ao passo que aquelas que tinham sua estrutura baseada na estrada de ferro, veem seu papel diminuído dentro da rede urbana; além disso, as rodovias reforçam os fluxos, materiais e imateriais, que se concretizam nas cidades; e estas, por sua vez, dependendo da sua funcionalidade, cumprem papel de grande importância na rede urbana atual, contribuindo para a maior complexidade dessa rede. De acordo com Penteado (1967) ainda que a Bragantina continuasse a ser “despensa-mor” da metrópole, pelo fato de sua produção ser destinada, essencialmente, para o abastecimento da capital do estado.

Mesmo com todas essas condições adversas, ao analisar a estrutura fundiária dessa região, Conceição (2002) mostrou que embora tenha se implantado alguns projetos de fazendas de criação de gado, ainda predomina na região uma estrutura fundiária com lotes de 25 ha, devendo-se ressaltar que em anos mais recentes, alguns movimentos sociais de ocupação de terra apoiados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), Parlamentares e Sindicato dos Trabalhadores Rurais etc., acabaram por reforçar esse caráter minifundiário, por meio da transformação de grandes lotes agrícolas em lotes de tamanho experimental de 5 ha. Como exemplo desse processo, Conceição (2002) cita o assentamento Cupiúba (ex-Serraria Cachoeira), o Assentamento João Batista (ex-Fazenda Bacury), ambos em Castanhal, e o Assentamento Luís Lopes Sobrinho (ex-Projeto Paracrevea), em São Francisco do Pará.

Voltando à linha interpretativa proposta por Hurtienne (2001) pode-se dizer que é necessário romper com a tese do “ciclo de fronteira” e da “agricultura itinerante” quando se analisa o nordeste paraense e, mais especificamente, a região Bragantina, pois o que os estudos realizados por ele e também por Costa (1997), autor de quem se utiliza amplamente, mostraram que os produtores familiares conseguiram, ao longo dos anos de 1980, superar a crise das culturas anuais, por meio da mobilização das suas reservas de força de trabalho e pela intensificação da jornada de trabalho familiar no sentido de implantar culturas perenes e pastagens.

Embora veja com ressalvas essa generalização da tese de Costa (1997) para toda a região Norte, Hurtienne (2001) reconhece que a mesma fornece pistas interessantes para se pensar a capacidade inovadora dos camponeses nesse processo de superação da agricultura

itinerante e no estabelecimento de sistemas mais complexos de produção agrícola em que se destacam, muito mais a intensificação da jornada de trabalho do que o aporte de recursos externos (políticas de assistência, financiamentos etc.): a substituição da agricultura itinerante de derrubada e queima, por sistemas agrícolas onde predominam culturas perenes ou semiperenes, ao lado de uma pecuária bovina de pequeno porte e da criação de pequenos animais.

É muito mais como parte dessa diversidade estrutural e complexidade do sistema produtivo, que se deve entender este novo momento da inserção das comunidades camponesas de Bragança na produção agroecológica e na busca dos recursos das oleaginosas da região, conforme será apresentado na próxima seção do texto. Sem perder de vista, evidentemente, a necessidade de se fazer uma análise crítica dessa questão da apropriação da natureza pelo capital ou, de outra forma, essas novas estratégias utilizadas pelo capital para acessar os recursos naturais de que necessita para manter sua lógica de acumulação permanente.

A Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) e as comunidades de Bragança (Nordeste Paraense)

O pensamento agroecológico e as comunidades de Bragança (Nordeste Paraense)

A introdução da reflexão agroecológica no interior das comunidades (Mapa 01) se deu, inicialmente, através de um projeto social, elaborado pelo Padre João Nelson Pereira Magalhães, prefeito da cidade no período 2013-2016, durante a campanha da fraternidade do ano de 2007, cujo tema era “Fraternidade e Amazônia”. Esse projeto tinha como finalidade a preservação das matas ciliares, frequentemente devastadas e utilizadas na construção de moradias, na produção de carvão, lenha e palmito. Para garantir essa preservação, o projeto deveria ser capaz de contemplar economicamente as comunidades dependentes dos baixos rendimentos da produção da farinha de mandioca.

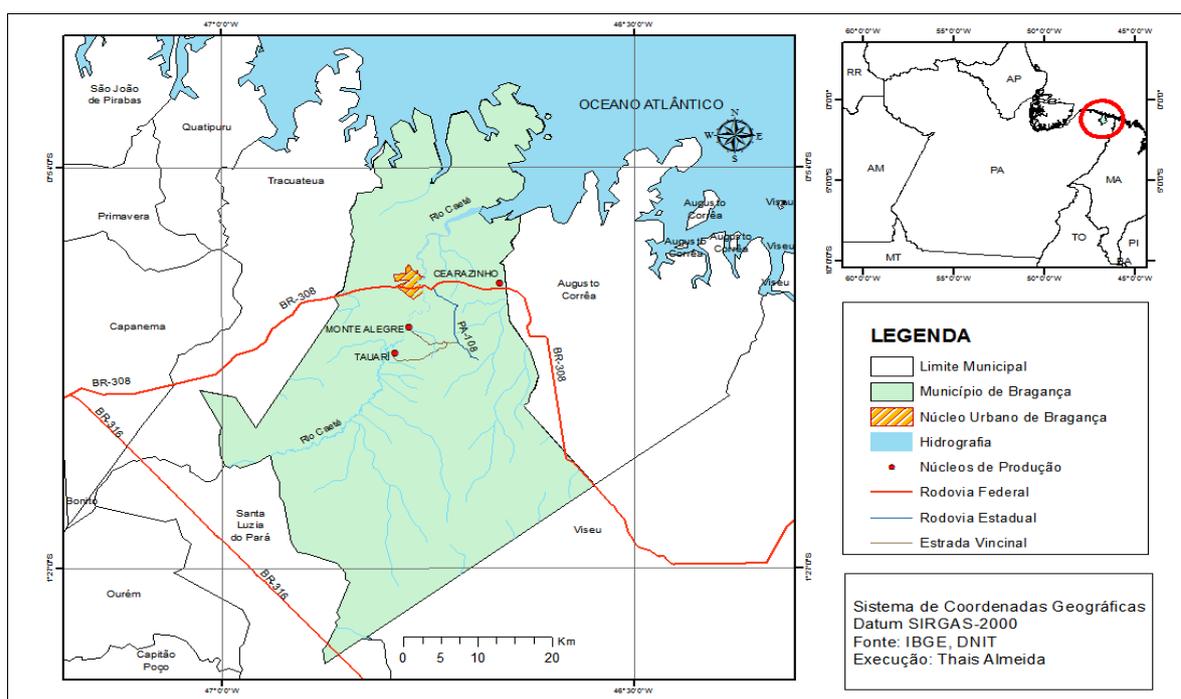
Com esse objetivo, a Caritas Diocesana de Bragança, por meio de seu coordenador, o Pe. João Nelson Pereira Magalhães, passou a fazer a articulação junto às comunidades no sentido de propor alternativas de produção mais sustentáveis, por meio do aproveitamento dos recursos naturais oferecidos pela natureza no próprio lugar. Paralelamente a isto, a entidade passou a buscar parceiros e empresas que pudessem adquirir esses recursos coletados pelas comunidades.

Assim, foi que se estabeleceu a primeira parceria entre a Caritas e a DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social). Esta instituição que tem como objetivo fortalecer entidades parceiras que influenciam as políticas públicas para a melhoria da situação social do campesinato na Amazônia, bem como promover um modelo ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo (CEAPG, 2013).

Dessa parceria entre a Caritas e a DED foi que surgiu, em 2010, a COOMAC¹, a partir de um projeto que tinha três objetivos centrais: preservar o meio ambiente, gerar renda para os agricultores familiares e estabelecer integração social. Deste modo, para alcançar esses objetivos a COOMAC, por meio da atividade de coleta de oleaginosas – murumuru, buriti, ucuuba, andiroba e tucumã -, definiu algumas metas concretas a serem alcançadas junto às comunidades: a) promover intercâmbio entre cooperativas do estado do Pará; b) estabelecimento de parcerias público-privadas no sentido de obter investimentos para a melhoria da produção, tanto em termos tecnológicos, quanto profissionalização dos trabalhadores; c) melhoria na qualidade de vida do trabalhador rural pela superação da miséria e reconciliação com a natureza; d) garantir a permanência do homem na terra; e) recuperação das matas ciliares; f) construção da primeira usina de extração de óleos vegetais.

¹ De acordo com Paulo Renato Pereira do Carmo, o Paulinho, (tesoureiro da cooperativa), no dia 05 de março de 2010, foi criada a cooperativa, antes disso, o que existia era o Grupo de Trabalho dos Caetés. Sua fundação aconteceu na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, num evento preparado para receber 500 pessoas, mas que, frustrantemente, apareceram somente 28 pessoas, ao final do dia, e depois de dois anos de existência, mais 3 pessoas. Ainda segundo ele a cooperativa apenas começou a ter mais cooperados depois que começou a ser mostrada na mídia televisiva (TV Liberal, Globo News, TV Brasil, Globo Rural, TV Italiana), momento em que deu um grande salto, passando de 31 para 114 cooperados (Entrevista realizada em 21 de maio de 2015).

Mapa 01: Núcleos de Produção da COOMAC – Bragança/PA



Concretamente, esse pensamento agroecológico se materializou nas comunidades por meio de campanhas de sensibilização para os produtores destacando a necessidade de aliar a preservação do meio com a geração de renda e, junto com isso, o estabelecimento de projetos práticos, voltados, de um lado, para coleta dos produtos da floresta e, de outro lado, para a formação ou qualificação desse próprio trabalhador agrícola. Como ressaltou o Pe. João Nelson Magalhães:

O projeto de aproveitamento de sementes oleaginosas da Amazônia aqui na região do Caeté, começando por Bragança, se deu a partir da campanha da fraternidade de 2007, que tinha como tema “fraternidade e Amazônia”. Percebendo o assoreamento de nossos rios e igarapés, numa ação prática decidimos trabalhar a busca de conservação de rios e igarapés e as matas ciliares, porque a derrubada das matas ciliares provoca o assoreamento e aí fizemos o trabalho de conscientização das comunidades para a importância da conservação de igarapés e matas ciliares. (...) Nós fomos convencendo as comunidades de que eles podem ganhar muito mais dinheiro deixando essa árvore em pé e vai ter o igarapé preservado sempre. Então fomos em busca de parceiros para fazer os trabalhos nas comunidades e encontramos o DED que começou e apostou também no projeto que tem esses objetivos também na questão ambiental e social, e o próximo passo fomos em busca de mercado para as sementes oleaginosas, como o buriti, o bacuri, o

murumuru, da andiroba, da ucuuba né, e encontramos aí a Beraca e, estamos em busca de outros parceiros ainda para prosseguir a comercialização desse produto, além da já produção de cosméticos aqui na fonte, para geração de renda aqui na fonte também (<https://www.youtube.com/watch?v=duAv7voUWmY>, 19-09-2015).

Como destacou o Pe. João Nelson Magalhães é de suma importância, para que o projeto de fato aconteça, a participação de empresas parceiras, que ofereçam mercado para os produtos coletados na floresta e que também estejam preocupadas com a sustentabilidade. Foi dentro desta filosofia que a Beraca, uma empresa brasileira especializada no desenvolvimento de tecnologias, de soluções e de matéria-prima de alto desempenho para os mercados de tratamento de água, cosméticos, nutrição animal e indústria de alimentos e bebidas, e que possui unidades no Brasil, na França e nos Estados Unidos, realizando distribuição de produtos por mais de 40 países, foi inserida no processo. Por meio da parceria celebrada entre a DED e a Cáritas Diocesana de Bragança (PA), a Beraca teve como objetivo principal viabilizar o escoamento da produção e promover a transferência de tecnologia à COOMAC, principalmente com base no fornecimento de equipamentos e a capacitação de cooperados para a extração do óleo do buriti. Além disso, a Beraca se propôs a custear a certificação orgânica nos processos de colheita e beneficiamento do produto, para fazer com que o mesmo se tornasse mais eficiente, que reduzisse o desperdício e que garantisse a segurança do agricultor (BERACA, 2013). De acordo com Johannes Zimpel, o coordenador da GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), que incorporou a DED em 2011:

Para ser bem-sucedida, uma parceria demanda empenho, compromisso, seriedade de todas as partes envolvidas. A relação da Beraca com a DED, COOMAC e a Cáritas está alicerçada nesses pilares. Desde o início, a empresa se mostrou disposta a contribuir com o desenvolvimento profissional das comunidades e promover uma relação comercial de longo prazo benéfica para todos. A parceria se concretizou por meio de reuniões, troca de experiências, investimento em equipamentos para as comunidades, aprimoramento profissional, garantias de compras, pagamentos antecipados e, sobretudo, acessibilidade e disposição para diálogo (<https://www.youtube.com/watch?v=duAv7voUWmY>, 19-09-2015).

Deve-se ressaltar que as comunidades não foram convencidas a direcionar parte de seu tempo para a produção agroecológica, por meio do extrativismo do murumuru e do buriti, apenas pelo discurso da campanha da fraternidade. Na verdade, como se verificou na fala do Pe. João Nelson Magalhães, coordenador da caritas, eles tiveram de perceber que é muito mais vantajoso, inclusive financeiramente, manter práticas sustentáveis do que uma agricultura predatória ao meio ambiente como vinha ocorrendo há várias gerações. É importante, deixar claro, porém, que essa preservação não ocorre em toda a comunidade, uma vez que o projeto está voltado, predominantemente, para as matas ciliares.

As dificuldades encontradas para continuar produzindo farinha nas comunidades também foram fundamentais para essa mudança de atitude – no sentido de que pressupõe refundar a relação da comunidade entre si e com a natureza –, uma vez que já não estava sendo possível manter a reprodução da vida dos sujeitos sociais. De acordo com o presidente da COOMAC, Giovani Medeiros Martins, em entrevista realizada em fevereiro de 2013, a falta de tecnologia obrigava os produtores a fazer uso de inseticidas, contaminando, solos, rios de diferentes ordens, principalmente igarapés, e a adotar práticas agrícolas danosas ao ambiente, tais como, as formas tradicionais de preparo do solo (corte e queima ou “roça de toco”, como é conhecida localmente). Do mesmo modo, destaca o insuficiente investimento na agricultura familiar, a exemplo, da ausência de uma educação rural eficiente, de vias de transporte de qualidade para escoamento da produção e do limitado número de técnicos para prestar auxílio às comunidades no manejo mais adequado dos recursos. Por fim, destacou ainda a falta ou mesmo as dificuldades para acessar políticas públicas voltadas especificamente para as demandas da agricultura familiar, o que acaba por limitar uma produção de caráter mais sustentável, provocando, assim, problemas sociais, como baixa qualidade de vida, e ambientais, como assoreamento e contaminação de igarapés.

É importante destacar que a cooperativa tinha sido criada, inicialmente, com o objetivo de produzir oleaginosas, mas ao longo do processo foram percebendo que deveriam se estabelecer, também, como cooperativa voltada à agricultura familiar, ao extrativismo e a sustentabilidade. Para enfrentar algumas dessas dificuldades, relatadas pelo presidente da cooperativa em fevereiro de 2013, foi se adotando novas estratégias, verificadas dois anos depois (em maio de 2015) pela pesquisa. A primeira estratégia é a chamada “roça sem fogo”, uma forma encontrada – mais ainda em fase de implementação – para produzir a farinha de forma sustentável ou de modo agroecológico. Segundo,

Giovani Medeiros Martins é impossível continuar produzindo nos moldes anteriores, pois são mais de 402 anos de degradação da natureza, produção com fogo; da mesma forma, é impossível o uso do trator (mecanização), pois são apenas 5 unidades para atender aproximadamente 43 mil agricultores familiares. Essa experiência-piloto vem sendo testada na propriedade do senhor Manuel Gonzaga, na comunidade do Cearazinho, que nos relatou por que tem adotado essa forma de produzir:

Eu nasci aqui nessa comunidade há 48 anos e nós estamos vivendo nessa comunidade e, me entendi, cresci, vendo aquilo que o nosso presidente Giovani citou para vocês né, desmatando, queimando a natureza. Aí foi crescendo, eu fui chamado a fazer cursos, aí, eu fui descobrindo, valorizando o quanto a natureza é parceira da gente, amiga né, é vida. Vendo que as coisas estavam caminhando de forma inadequadas, erradas, o que poderia acontecer (?) se continuasse assim, que nós iríamos morrer todos, porque estamos desobedecendo e quem desobedece não chega lá né, não chega lá (Manuel Gonzaga, presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Cearazinho (AGRIFAC), entrevistado em 21 de Maio de 2015).

A segunda estratégia adotada é a da busca da farinha certificada e com Indicação Geográfica (I.G.): a “Farinha de Bragança”. A cooperativa percebeu que uma das tendências verificadas para se inserir competitivamente no mercado é a Identificação Geográfica de produtos e serviços, que de acordo com Dallabrida (2012) é uma estratégia de desenvolvimento baseada nas especificidades territoriais e que possui grande poder de agregar valor aos produtos ou serviços. De acordo com o tesoureiro da cooperativa, Paulo Renato Pereira do Carmo (Paulinho), essa ideia surgiu a partir de uma viagem que fizeram para vender a farinha numa feira de Belém. Ao perceberem o quanto a “farinha de Bragança” é supervalorizada nas feiras da região metropolitana e o quanto os verdadeiros produtores deixavam de ganhar, devido à presença do atravessador, resolveram entrar mais competitivamente neste setor.

De um lado, conseguiram estabelecer um acordo com um grande empreendimento do setor varejista, localizado na região metropolitana de Belém, em que as farinhas d’água e de tapioca, produzidas pelos cooperados e armazenadas adequadamente em garrafas pet de 500/600 gramas com tampa lacrada, são vendidas no mesmo com a marca da cooperativa; e, de outro lado, começaram um processo jurídico lento de identificação geográfica da farinha de Bragança, que segundo suas perspectivas, pode trazer maiores

rendimentos para os produtores locais da região bragantina, uma vez que acreditar que aquele território possui condições específicas (*Know-How*) para produção de farinha que acaba por se refletir em seu sabor e, conseqüentemente, sua valorização.

A geografia da produção agroecológica das comunidades de Bragança

Para demonstrar a geografia da produção agroecológica em Bragança, utilizou-se alguns elementos do método da economia política marxista, porém, considerando as mediações geográficas do processo. O uso de tal método é fundamental no sentido de que permite entender a produção, as condições de sua realização e as suas diferentes conseqüências.

A coleta do Murumuru (foto 01) e do buriti ocorre, principalmente, entre os meses de março e julho de cada ano, período em que sua produção alcança o auge. Essa coleta é realizada uma vez por semana, em grupos de agricultores/extrativistas de diferentes comunidades. Esses trabalhadores se reúnem e, juntos, partem para coleta dos frutos na várzea do rio Caeté. É interessante destacar a predominância da presença masculina nessa etapa da produção, em que os trabalhadores, coletivamente, adentram nas matas para efetuar a coleta das oleaginosas. Não se pode dizer que o trabalho de coleta é fácil, pois no local da extração existem animais peçonhentos, tais como cobra, aranha e escorpião, e muitos espinhos, típicos da árvore do murumuru, além de uma temperatura elevada (acima de 30°). De todo modo, trata-se de um trabalho que envolve muita descontração, com cantorias e brincadeiras entre os coletores, sendo comum praticas de motivação entre os trabalhadores.

Depois de realizada a coleta dos frutos no interior da mata, os trabalhadores transportam o material coletado, através de canoa (a remo), até a comunidade de Monte Alegre. Chegando a comunidade, os frutos de murumuru são espalhados numa lona e ficam expostos ao sol por um período de aproximadamente 10 dias, momento necessário para que a polpa possa ressecar, ficando apenas a semente exposta. No caso do buriti (foto 02), o processo é diferente, chegando à comunidade ele é fervido, juntamente com a folha da goiabeira, para facilitar no amolecimento do fruto, posteriormente, entram em ação principalmente as mulheres da comunidade que extraem essa massa do buriti e levam-na ao forno para fazer a farinha do buriti, que é um dos produtos finais comercializados pelas comunidades.



Foto 01: Amêndoas do Murumuru
Fonte: Thaís Almeida dos Santos (2013)



Foto 02: Extração da polpa do buriti
Fonte: Cáritas Diocesana de Bragança (2013)

Uma vez obtidas às sementes, elas se reúnem em grupo, dentro de um local organizado especificamente para esta atividade, para realizar a quebra das sementes e obtenção da amêndoa do murumuru, outro produto final da comunidade. Deve-se ressaltar que recentemente essa atividade deixou de existir com a concretização da usina de óleos, porém, não se pode desconsiderar que se tratava de uma atividade bastante desgastante, pois exigia um trabalho intensivo com a força física, pelo menos oito horas diárias, para se conseguir uma quantidade baixíssima de óleo, um litro, pelo que se ganha muito pouco.

O trabalho da comunidade se encerra nesta etapa, pois uma vez obtido a amêndoa do murumuru e a farinha do buriti, a produção é deslocada, pela via rodoviária – estrada de terra/ramal – até a cidade de Bragança, para a sede da COOMAC. Uma vez na cooperativa existem dois caminhos possíveis para a produção da comunidade: a primeira é a produção de cremes, sabonetes e óleos hidratantes (foto 03) pelos próprios cooperados que receberam treinamento para esse trabalho e que comercializam essa produção na própria cidade de Bragança, especialmente, em hotéis, feiras, eventos e no comércio local. A segunda e mais importante, é o seu transporte até a cidade de Ananindeua, região metropolitana de Belém, para a unidade da empresa Beraca, local em que ocorre o refino de óleos vegetais a partir das matérias-primas naturais obtidas das comunidades e, de onde, a produção é exportada, de caminhão, para os clientes no Brasil – fabricantes nacionais e internacionais de cosméticos e distribuidores locais – e, de avião e/ou navio, para o exterior – são distribuidores localizados em 41 países e que fornecem os produtos da Beraca para fábricas de cosméticos em todo o mundo (BERACA, 2014).



Foto 03: Cosméticos produzidos pela COOMAC
Fonte: Thaís Almeida dos Santos (2013)



Foto 04: Usina de Extração de Óleos Vegetais
Fonte: Márcio Douglas B. Amaral, Maio/2015.

Deve-se ressaltar que no final de 2012, teve início o processo de construção da Usina de Extração de Óleos Vegetais, o grande sonho da COOMAC, que foi concretizado no dia 09 de maio de 2014. De acordo com Paulinho, a parte da infraestrutura física da usina custou cerca de 300 mil reais, destes, 50 mil foi obtido por meio de doações de parceiros e o restante veio dos próprios cooperados. Além desse investimento na infraestrutura predial, deve-se contabilizar o maquinário, que foi obtido através de parcerias com órgãos estaduais como, o Ideflor (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade).

Essa geografia da produção agroecológica nos permite pensar sobre duas dimensões da expansão do capitalismo no campo da Amazônia, portanto, sobre um duplo processo de expropriação do capital. De um lado, a renda da terra, uma vez que são extraídos os frutos da própria floresta, em outros termos, a apropriação dos recursos naturais. De outro lado, a extração da mais valia do próprio trabalhador, que é submetido a condições específicas de exploração.

Impactos da produção agroecológica nas comunidades de Bragança (PA)

Com a introdução dessa produção agroecológica nas comunidades pode-se dizer que houve uma melhoria na renda dos agricultores da cooperativa, pois com a coleta das oleaginosas, cada família envolvida nesse processo teve um acréscimo a sua renda de R\$ 3.200 anualmente. É importante deixar evidente que as famílias dos agricultores não vivem apenas da coleta das oleaginosas, na verdade, são produtores familiares que realizam atividades produtivas diversificadas, como tem demonstrado a literatura sobre o tema na Amazônia, voltadas tanto para o seu consumo, quanto para comercialização.

Assim, além das oleaginosas, tem sua renda sustentada pela comercialização de farinha de mandioca, hortaliças, aves, suínos, caprinos etc. Devendo-se destacar que com a renda das oleaginosas foi possível comprar ferramentas novas para trabalhar no campo, comprar sementes para aumentar a plantação do sítio e produzir de modo mais ecológico.

Segundo o Presidente da COOMAC, deve-se acrescentar a informação de que parte dessa produção familiar é destinada ao programa de aquisição de merenda escolar da Prefeitura Municipal de Bragança que firmou um convênio com a cooperativa, em que a prefeitura se comprometeu a usar parte dos recursos municipais para essa finalidade². Junto com o aumento da renda das famílias foi possível verificar, também, uma melhoria na infraestrutura das moradias dos trabalhadores que puderam construir residências mais dignas de alvenaria, com piso de cimento e cobertas com telhas de barro. Além disso, passaram a adquirir mais eletrodomésticos, tais como, fogão a gás, geladeira, televisão, e mobílias, sofá, mesa, armários etc. Como destacou uma produtora rural Lúcia, da comunidade Monte Alegre, para reportagem televisiva:

Essa daqui está bem melhor né, a outra era bem pior, a coberta era de palmeira né, palmas e palmeiras, hoje já é de telha né, já tem uma melhoria no piso também né, que era na terra mesmo e hoje já tem o cimento (...). [conseguiu comprar para casa] Nossa, televisão, aparelho de DVD, antena parabólica, geladeira que é essencial né, fogão era no carvão, na lenha, hoje a gente já tem um fogão a gás.

Em termos de sustentabilidade ecológica, pode-se afirmar que esse novo paradigma produtivo foi de suma importância para iniciar uma reversão no processo de degradação das matas ciliares e da floresta nas várzeas do rio Caeté. Por mais que ainda existam práticas de agricultura tradicional nas comunidades, não se pode negar a disposição dos agricultores associados à cooperativa em desenvolver práticas sustentáveis na produção agrícola e não somente na coleta dos produtos da floresta. Como destacou o agricultor Claudinei Almeida, produtor de farinha e óleo de buriti, a respeito das oleaginosas:

² Trata-se do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que existe desde 2009 no Brasil, com a lei 11.947/2009, que determinou que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE), devem ser destinados a obtenção de produtos provenientes da agricultura familiar.

Representa um valor pra nós hoje econômico altíssimo, porque a gente não desmata nossas propriedade além de preservar, ele dá em torno de 80% de rendimento, de condição financeira prá nós, pro povo da nossa comunidade, porque ninguém planta, não é preciso gastar zelando, além do que esse valor vem complementar a nossa renda que a gente vive só de monocultura, no caso de plantio de arroz, mandioca, feijão e milho.

Destaca-se ainda como impacto a maior integração entre as comunidades, verificada através do trabalho na cooperativa, bem como na coleta e na preparação das oleaginosas para comercialização. Outro momento em que é possível verificar essa integração comunitária é através das assembleias, onde os cooperados se reúnem para avaliar as diferentes atividades realizadas nas comunidades e estabelecer metas.

Antes de finalizar essa parte do trabalho, é importante ressaltar como principal impacto negativo, o fato de que os cooperados ficam alheios ao processo produtivo na sua totalidade. Em termos teóricos, pode-se dizer que os trabalhadores ficam subsumidos a essa nova lógica de reprodução do capital. O capital adota uma nova estratégia de apropriação por meio da manutenção da produção familiar, porém, promovendo a subordinação do resultado de seu trabalho e da renda da terra.

Considerações Finais

O artigo teve como objetivo analisar o processo de inserção da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) em suas 21 comunidades produtoras de farinha de mandioca do município de Bragança (PA), no sistema de pensamento de produção agroecológica.

Inicialmente a introdução desse debate nas comunidades se deu por meio de uma ação concreta da campanha da fraternidade que buscou incentivar as comunidades a repensar a relação que estabeleciam com a natureza, de modo a adotar práticas mais sustentáveis em sua produção. Por meio de um projeto denominado “extrativismo sustentável de oleaginosas”, realizado em 2006, buscou-se atrair os produtores rurais em parceria com o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), para promover novas alternativas de renda sustentáveis da perspectiva ecológica e social. Assim foi que começou a busca por mercados consumidores, momento em que a Beraca entra na dinâmica produtiva, como compradora da matéria-prima produzida nas comunidades.

O ponto de partida da análise foi entender que essa produção da comunidade, embora localizada, deve ser vista como parte das estratégias globais de apropriação dos recursos naturais pelo capital, através do controle do território, como destacou Porto-Gonçalves (2006).

No caso específico das comunidades de Bragança sua participação nessa lógica se dá pelo fornecimento de um recurso florestal fundamental para as empresas de cosméticos que atuam nos níveis nacional e global. Desse modo, as comunidades realizam a coleta das oleaginosas e participam de parte do processo produtivo de extração dos óleos vegetais. Não tendo, porém, uma visão total do processo produtivo, uma vez que se limita a oferecer uma matéria-prima para o mercado, mas não tem o controle do circuito produtivo, que envolve não apenas a produção da matéria-prima, mas também, a distribuição e o consumo em diferentes escalas geográficas, ficando altamente dependentes da lógica do mercado e do capital.

Nesse movimento, pode-se dizer que o capital vem desenvolvendo novas formas de expropriação da renda e do trabalho junto a essas comunidades de Bragança. Ao invés de se promover a territorialização por meio do assalariamento e da compra de terras, como tradicionalmente se fez no Brasil, o capital mantém a forma de produção familiar e se apropria do resultado do seu trabalho, bem como das riquezas de seu território.

Não se pode desprezar, porém, a importância dessa produção para melhoria relativa das condições de vida e da renda dos produtores envolvidos na cooperativa, como eles relataram. Também não se pode desconsiderar a maior preocupação das comunidades com a preservação ambiental e dos recursos naturais por ela oferecidos. Verificou-se, inclusive, tentativas de desenvolver novas técnicas de produção cuja preocupação central é manter o nível de rendimento, porém sem provocar danos ao meio ambiente, como é o caso da experiência da roça sem fogo.

Finalmente, é preciso ressaltar que a cooperativa, ao longo do tempo, passou a ter uma visão mais crítica do processo e a perceber o papel e o significado deles na dinâmica produtiva. Desse modo, nos últimos anos tem buscado desenvolver algumas estratégias de luta para fugir ou para minimizar seu papel subordinado dentro da cadeia. Dentre essas estratégias pode-se destacar: a) a construção e funcionamento da usina de extração de óleos vegetais, uma forma encontrada para se produzir em maior quantidade e, ao mesmo tempo, poder se libertar da dependência de apenas uma empresa compradora; b) a celebração de novas parcerias com empresas que atuam com a produção de óleos de

origem sustentável na região, exemplo da Amazônia Óleos; c) busca de diversificação dos produtos oferecidos pela cooperativa como, por exemplo, a produção de farinha certificada e com identificação geográfica, bem como seu fornecimento para uma grande empresa do setor varejista que atua na região metropolitana de Belém; d) produção e comercialização no mercado local de cremes, sabonetes e óleos hidratantes produzidos pela própria comunidade e com a sua marca.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Direitos territoriais e étnicos – as estratégias dos agronegócios na Amazônia. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

AZEVEDO, Hueliton Pereira; ASSIS, Willian Santos de; SOUSA, Romier da Paixão. Agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia brasileira: uma reflexão a partir da agroecologia política. *Revista Brasileira de Agroecologia*, vol.14, nº. 2 Esp. Ano 2019. p. 51-64.

BECKER, Berta K. *Amazônia*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: mimeo, 2009.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: UFPA, 2002.

COSTA, Francisco de Assis. Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política e planejamento agrícola para a Amazônia. In: Ximenes, Tereza. (Org.). *Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: UFPA/NAEA/UNAMAZ, 1997.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CRUZ, Ernesto. *A Estrada de Ferro de Bragança*. Belém/PA: SPVEA, 1955.

D'INCAO, Maria Conceição. Prefácio – Teoria e prática no estudo do campesinato paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: UFPA, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, Maria Celia Nunes; CASTRO, Edna; MATHIS, Armin;

HURTIENNE, Thomas. *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP, 2001.

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MOLINA, Manuel González. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Belém: UFPA, 1967. 1º vol. (Coleção Amazônica).

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

_____. *A recampesinização ocorrerá mais fortemente por meio da crise econômica*. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/09/a-recampesinizacao-ocorrera-mais-fortemente-por-meio-da-crise-economica-afirma-sociologo/>. Acesso: 20 de outubro de 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REGO, Ana Karyne Costa; KATO, Osvaldo Ryohei. Agricultura de corte e queima e alternativas agroecológicas na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*. v. 20, n. 3. p. 203-224. Set./dez. 2017.

SÁ, Tatiana Deane de Abreu. et al. O trem, a agroecologia e a atuação em rede: caminhos e reflexões para o fortalecimento dos núcleos de estudo no Nordeste paraense. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 13, número especial, p. 310-326, 2018.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, Adriana M.; ASSIS, Renato L. de (Orgs.). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa, 2005.

_____. Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. Disponível: <file:///C:/Users/marci/Downloads/3608-12143-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

WESLEY, Maria Helena de Amorin. Colonização, Terra e o Pequeno Agricultor: Modificações Face à Escassez de Terra. *Revista do CHLA/UFAL*. Ano III, Nº 5. de 1990.